Chá — 30 por cento de redução.

Cera em bruto ou preparada — 30 por cento de redução.

3.º — a) Os contingentes referidos no n.º 2.º serão calculados pela Comissão de Coordenação Económica. Quanto aos da alínea b), a Comissão tomará como base, para a metrópole, os valores de exportação publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e, para as províncias ultramarinas, os fornecidos pelas respectivas repartições de estatística.

b) Os contingentes assim determinados serão comunicados aos organismos competentes para o licenciamento e distribuídos em rateio por trimestres, de acordo com as épocas de escoamento normal dos produtos e de colocação nos mercados externos, nunca podendo, porém, exceder, salvo casos excepcionais reconhecidos pela Comissão de Coordenação Económica, por trimestre decorrido, um quarto do contingente anual.

c) Os contingentes trimestrais serão tornados públicos pelos organismos referidos na alínea anterior com referência a todo o ano de 1952, fazendo-se na execução dos contingentes dos trimestres seguintes o ajustamento do excesso que a exportação verificada desde 1 de Janeiro acusar sobre o contingente correspondente ao 1.º trimestre.

4.º Os boletins confirmados ou emitidos em execução do disposto nos n.ºs 1.º e 2.º deste despacho conterão a declaração expressa «Isento do disposto no Decreto-Lei n.º 38:659, nos termos do despacho do Conselho de Ministros para o Comércio Externo de 14 de Março de 1952» e serão válidos pelo prazo de sessenta dias, a contar da data da confirmação ou emissão.

5.º A exportação ou reexportação para a área da União Europeia de Pagamentos de mercadorias referidas no n.º 2.º deste despacho que excedam os respectivos contingentes ficam sujeitas à retenção determinada pelo Decreto-Lei n.º 38:659, mas a confirmação ou emissão dos boletins que lhes digam respeito ficam dependentes de resolução do Conselho de Ministros para o Comércio Externo.

6.º As exportações de café, sisal, cacau e manganés ultramarino ficam sempre dependentes de prévia autorização do Ministro do Ultramar.

Conselho de Ministros para o Comércio Externo, 14 de Março de 1952.— O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral do Ensino

Decreto n.º 38:678

Tendo em vista o § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Compete ao Ministro do Ultramar atribuir, em portaria, às secções femininas dos liceus de Luanda e Lourenço Marques os quadros próprios de pessoal docente, que lhes pertencem nos termos do artigo 12.º do Estatuto do Ensino Liceal, com a redacção constante da Portaria n.º 12:238, de 9 de Janeiro de 1948.

§ único. De futuro, para os liceus que possuem ou venham a possuir secções femininas só pode ser nomeado pessoal docente deste sexo, tanto para preenchimento dos lugares efectivos das mesmas secções

como para o desempenho eventual das suas funções docentes.

Art. 2.º É aumentado o quadro do Liceu Salazar, em Lourenço Marques, com mais um professor efectivo do 9.º grupo.

Art. 3.º O serviço docente obrigatório dos professores dos liceus do ultramar é fixado nos seguintes números de horas lectivas por semana:

Vinte e duas para os professores sem qualquer diuturnidade;

Vinte para os professores com uma diuturnidade;

Dezoito para os professores com duas diuturnidades.

§ 1.º A obrigatoriedade estabelecida pelo presente artigo terá as seguintes reduções:

a) De três horas: para os reitores dos liceus onde funcionem menos de dez turmas; para os vice-reitores dos liceus onde não funcionem mais de vinte turmas; para as directoras das secções femininas, e para os directores de ciclo;

b) De seis horas: para os vice-reitores dos liceus onde funcionem mais de vinte turmas;

c) De oito horas: para os reitores dos liceus onde não funcionem mais de vinte turmas;

d) De doze horas: para os reitores dos liceus onde funcionem mais de vinte turmas.

§ 2.º As reduções determinadas no parágrafo antecedente não são acumuláveis.

§ 3.º Quando a boa distribuição do serviço lectivo assim o torne necessário, poderão os professores ser obrigados a prestar até mais três horas de serviço por semana, além das fixadas no corpo deste artigo.

Art. 4.º Os aumentos de vencimento por diuturnidade de serviço resultantes da aplicação do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 28:114, de 26 de Outubro de 1937, são, para todos os efeitos legais, integrados nos vencimentos de exercício dos professores a quem foram ou são conferidos, e para a sua concessão deve contar-se todo o serviço prestado na categoria de efectivo do magistério liceal oficial, com boas informações, quer nos liceus da metrópole e do ultramar, quer nas situações previstas no artigo 137.º, n.º 2, do Estatuto do Ensino Liceal.

§ 1.º Compete ao Ministro do Ultramar a concessão destas diuturnidades, mediante requerimento dos interessados.

§ 2.º É revogado o artigo 28.º do Decreto n.º 30:945, de 7 de Dezembro de 1940.

Art. 5.º Os professores de Canto Coral, Religião e Moral, Educação Física e Lavores Femininos formam para cada liceu quadros complementares, nos termos da alínea b) do artigo 122.º da Carta Orgânica do Ultramar Português.

Art. 6.º As funções de reitor, vice-reitor, directoras das secções femininas, secretários, directores de ciclo, directores de instalações, auxiliares de instalações e de continuos com funções de chefe do pessoal menor são gratificadas como consta do mapa anexo a este decreto e que dele faz parte integrante.

Art. 7.º A frequência das salas de estudo previstas no artigo 447.º do Estatuto do Ensino Liceal será, quanto ao carácter de facultativa ou obrigatória, regulamentada pelos governadores, atendidas as circunstâncias da vida local.

Art. 8.º As disposições deste decreto relativas à obrigatoriedade do serviço dos professores e bem assim as gratificações nele previstas entrarão em vigor em cada província ultramarina no ano lectivo que se seguir à

data da sua publicação no respectivo *Boletim Oficial* e as que respeitem a diuturnidades a partir de 1953.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Março de 1952. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Estado da Índia e Macau. — *M. M. Sarmento Rodrigues*.

Gratificações a abonar ao pessoal dos liceus do ultramar

(Mapa a que se refere o artigo 6.º do Decreto n.º 38:676, de 17 de Março de 1952)

	Cabo Verde	Angola	Moçambique	Índia	Macau
Reitores	500\$	1.000\$	1.500\$	Rup. 200	\$ 250
Vice-reitores	250\$	500\$	750\$	Rup. 100	\$ 125
Directoras das secções femininas	—	500\$	750\$	—	—
Secretários	250\$	500\$	750\$	Rup. 100	\$ 125
Directores de ciclo (a)	150\$	300\$	450\$	Rup. 60	\$ 75
Directores de instalações (a)	100\$	200\$	300\$	Rup. 40	\$ 50
Auxiliares de instalações	50\$	100\$	150\$	Rup. 20	\$ 25
Chefe do pessoal menor	50\$	100\$	200\$	Rup. 20	\$ 25

(a) Durante o ano lectivo.

Ministério do Ultramar, 17 de Março de 1952. — O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Decreto n.º 38:679

Tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Será convertida em escola comercial a actual Escola de Pesca e Comércio de Moçamedes.

Art. 2.º É considerada definitiva a instituição da Escola Industrial de Luanda, bem como da Escola Industrial e Comercial de Nova Lisboa, a que se refere o Diploma Legislativo do Governo-Geral de Angola n.º 2:117, de 28 de Dezembro de 1948.

Art. 3.º É criada em Luanda uma escola comercial.

Art. 4.º É convertida em escola industrial e comercial a Escola Artur de Paiva, na Huíla.

Art. 5.º Compete ao Governo-Geral da província de Angola propor a fixação dos quadros docentes das escolas comerciais de Luanda e de Moçamedes e da escola industrial e comercial da Huíla, tendo em vista as disposições do Estatuto do Ensino Profissional.

Art. 6.º Logo que entre a funcionar a escola comercial de Luanda, cessa o regime de oficialização concedido pela Portaria Ministerial n.º 16, de 20 de Outubro de 1945.

Art. 7.º A Escola Técnica Sá da Bandeira, de Lourenço Marques, será desdobrada em duas, que serão, respectivamente, comercial e industrial, ficando esta instalada na actual sede da Escola Sá da Bandeira.

§ 1.º O desdobramento determinado no presente artigo será efectuado logo que o Governo-Geral da província de Moçambique disponha de instalação para a escola comercial.

§ 2.º Os quadros docentes das escolas resultantes do desdobramento serão os seguintes:

a) Escola comercial:

- 1.º grupo — 1 professor efectivo.
- 6.º grupo — 4 professores efectivos e 4 adjuntos.
- 7.º grupo — 2 professores efectivos.
- 8.º grupo — 2 professores efectivos e 1 adjunto.
- 9.º grupo — 3 professores efectivos.
- 10.º grupo — 2 professores efectivos.
- 11.º grupo — 1 professor efectivo.

b) Escola industrial:

- 1.º grupo — 2 professores efectivos.
- 2.º grupo — 2 professores efectivos e 2 adjuntos.
- 3.º grupo — 1 professor efectivo e 2 adjuntos.
- 4.º grupo — 1 professor efectivo.
- 5.º grupo — 2 professores efectivos e 2 adjuntos.
- 8.º grupo — 2 professores efectivos.
- 10.º grupo — 1 professor efectivo.
- 11.º grupo — 1 professor efectivo.

§ 3.º Os actuais professores, efectivos e contratados do quadro, da Escola Técnica Sá da Bandeira serão colocados como efectivos nos quadros a que se refere este artigo e mantendo os seus actuais direitos, por despacho do Ministro do Ultramar, o qual os atribuirá aos diversos grupos de disciplinas conforme as respectivas habilitações oficiais.

§ 4.º O governador-geral poderá determinar, em caso de necessidade e nomeadamente para o funcionamento do ciclo preparatório, que professores de uma das escolas prestem na outra todo ou parte do serviço docente semanal a que são obrigados.

§ 5.º Até ao desdobramento da Escola Técnica Sá da Bandeira, os quadros descritos no § 2.º formarão um só, atribuído àquela Escola.

§ 6.º As vagas de professores que forem ocorrendo, tanto durante a situação transitória da Escola Técnica como depois de realizado o desdobramento, darão sucessivamente lugar ao provimento de professores adjuntos nos grupos em que estão previstos, até se efectuarem os quadros definitivamente atribuídos às novas escolas.

§ 7.º O Governo-Geral da província de Moçambique proporá ao Ministério do Ultramar as designações a dar às escolas resultantes do desdobramento.

§ 8.º O pessoal de direcção, secretaria e menor da Escola Técnica Sá da Bandeira ficará pertencendo à escola industrial, devendo o Governo-Geral propor a composição do pessoal daquelas categorias que deverá ser atribuído à escola comercial.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Março de 1952. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola e Moçambique. — *M. M. Sarmento Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria-Geral

Decreto-Lei n.º 38:680

Em vinte e dois anos de existência, longo é o caminho percorrido pela Junta de Educação Nacional, que, tendo sido criada pelo Decreto n.º 16:381, de 16 de Janeiro de 1929, e ampliada e regulamentada depois pelos Decretos n.ºs 19:552, de 1 de Abril de 1931, e 20:352, de 26 de Setembro do mesmo ano, veio a receber a designação de Instituto para a Alta Cultura pelo Decreto-Lei